

Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamental

1º SEMESTRE 2025



RELATORIO N° 03/2025
SETEMBRO 2025

WWW.CFP.CV

Avenida da China,
Edifício do Tribunal Constitucional
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago

FICHA TÉCNICA

CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Avenida da China, Edifício do Tribunal Constitucional, 3.º Andar
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago – Cabo Verde

Editor: Conselho das Finanças Públicas

E-mail: info@cfp.cv

Copyright: Conselho das Finanças Públicas

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1 INTRODUÇÃO	8
2 CONTEXTO MACROECONÓMICO E ORÇAMENTAL	10
2.1 ANÁLISE ECONÓMICA - 1º SEMESTRE DE 2025	10
2.2 INFLAÇÃO	13
2.3 SETOR EXTERNO	13
2.4 SETOR MONETÁRIO	14
2.5 SETOR PÚBLICO	14
3 EXECUÇÃO DA RECEITA PÚBLICA	15
3.1 RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	15
3.2 RECEITAS FISCAIS	16
3.3 RECEITAS NÃO FISCAIS	18
4 EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA	20
4.1 DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	20
4.2 DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	20
4.3 DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	22
4.4 DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	24
5 SALDO ORÇAMENTAL E FINANCIAMENTO	26
5.1 SALDO ORÇAMENTAL (PRIMÁRIO E GLOBAL)	26
5.2 COMPARAÇÃO COM AS METAS DO ORP	27
5.3 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO	28
5.4 MODO DE FINANCIAMENTO	28
6 EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	30
6.1 NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA	30
6.2 PERFIL DE VENCIMENTO, ENCARGOS E RISCOS	34
6.3 TENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA	35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	38
ANEXOS	40
ANEXO 1 – MAPA DE RECEITAS	41
ANEXO 2 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS	42



O Conselho de Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, criado pelo artigo 84º da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho. Pela Lei n.º 78/IX/2020, de 23 de março, procedeu-se à regulamentação da sua organização interna, competências, funcionamento e estatutos dos seus respetivos membros.

Em maio de 2023, o CFP iniciou o processo de instalação e funcionamento, de modo a poder cumprir com a missão de proceder à avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a transparência e contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e credibilidade financeira do Estado.

Aprovado na reunião do Conselho das Finanças Públicas, no dia 28 de agosto de 2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

A execução orçamental do Estado de Cabo Verde no primeiro semestre de 2025 revela uma evolução globalmente positiva, marcada pela melhoria dos saldos orçamentais e pela redução líquida do endividamento, ainda que persistam fragilidades estruturais ligadas à execução da receita e, sobretudo, do investimento público.

A nível macroeconómico, a economia registou um crescimento real de 3,7 por cento no primeiro trimestre, desacelerando face a 2024 (11,7 por cento). O desempenho foi impulsionado por setores como a agricultura e a construção, enquanto o comércio e a indústria apresentaram retrações. Apesar de níveis recorde no turismo, no primeiro trimestre, o impacto no PIB e nas exportações de serviços foi limitado, evidenciando vulnerabilidades na composição do crescimento. A inflação situou-se em 1,8 por cento em junho, acima do valor de 2024 (1,0 por cento), refletindo pressões nos preços energéticos e alimentares.

No plano orçamental, a receita totalizou cerca de 37,5 mil milhões de ECV, (+16,99 por cento face a 2024), com contributos relevantes dos impostos (+15,6 por cento), das contribuições sociais (+22,6 por cento) e das transferências externas (+135,9 por cento). A taxa de execução foi de 40,1 por cento, exigindo aceleração no segundo semestre para garantir o cumprimento do estabelecido no Orçamento Reprogramado de 2025 (ORP/2025).

A despesa atingiu cerca de 36,5 mil milhões de ECV, (+6,98 por cento face ao ano anterior), mas com uma execução reduzida (34,8 por cento da dotação anual). As despesas correntes (pessoal, benefícios sociais, juros) concentraram a maior fatia, enquanto a despesa de capital apresentou execução residual (15,9 por cento), confirmando dificuldades persistentes na implementação de projetos de investimento.

O saldo orçamental global registou um superavit de 925,2 milhões de ECV (0,3 por cento do PIB), contrastando com o défice de 2,1 mil milhões no mesmo período de 2024. O saldo primário foi ainda mais expressivo (+4,3 mil milhões de ECV; 1,41 por cento do PIB). Já o saldo corrente registou um excedente de 3,5 mil milhões de ECV (+1,15 por cento do PIB), confirmando que as receitas correntes cobrem integralmente as despesas correntes. Contudo, excluídos os donativos, o saldo global torna-se deficitário (-970 milhões de ECV), revelando forte dependência do financiamento externo.

No domínio do financiamento, o semestre foi caracterizado por uma inversão face ao período homólogo: verificou-se uma redução líquida da dívida (1,1 mil milhões de ECV), resultante de amortizações superiores aos novos financiamentos, tanto no mercado interno (919,7 milhões de ECV) como no externo (179 milhões de ECV). Assim, o stock da dívida pública situou-se em 298,9 mil milhões de ECV (98,6 por cento do PIB), indicando uma ligeira redução face a junho de 2024. A composição manteve a predominância da dívida externa (67,1 por cento do total), sobretudo junto de credores multilaterais, embora

subsista a exposição a credores comerciais com custos mais elevados e riscos cambiais associados.

Em síntese, a execução orçamental no 1.º semestre de 2025 evidencia uma melhoria conjuntural na posição orçamental e na trajetória da dívida, mas também desafios estruturais:

- Baixa taxa de execução da receita face às previsões anuais;
- Forte concentração da despesa em rubricas correntes e sub execução persistente do investimento;
- Dependência significativa de donativos para manter o equilíbrio orçamental;
- Nível da dívida pública ainda elevado, próximo de 100 por cento do PIB.

A manutenção de saldos primários positivos, a melhoria da execução do investimento público e a gestão prudente da dívida serão cruciais no segundo semestre para assegurar o cumprimento das previsões orçamentais e reforçar a sustentabilidade das finanças públicas no médio prazo.

1 INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea h) do artigo 7.º da Lei n.º 78/IX/2020, de 23 de março, compete ao Conselho das Finanças Públicas (CFP) acompanhar a execução orçamental do Estado. Neste enquadramento, o presente relatório tem como principal objetivo assegurar o acompanhamento sistemático da execução orçamental, contribuindo para o reforço da transparência, da responsabilização e da credibilidade da política fiscal.

Assim, procede-se à análise da execução orçamental referente ao primeiro semestre de 2025, incidindo sobre a evolução da receita e da despesa, dos saldos orçamentais, do financiamento e da trajetória da dívida pública.

A fundamentação legal e institucional deste relatório assenta no Decreto-Lei n.º 61/2024 de 31 de dezembro, que define as normas e os procedimentos necessários à execução do Orçamento do Estado para o ano económico de 2025, e na Lei de Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019), que estabelece os princípios, regras fiscais e normas de reporte aplicáveis à gestão das finanças públicas. Neste quadro, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) exerce o seu mandato institucional de análise independente, nos termos dos seus Estatutos, produzindo relatórios que acompanham a execução orçamental e avaliam a sustentabilidade das contas públicas.

A metodologia adotada utiliza a análise quantitativa. Foram utilizados dados oficiais disponibilizados pelo Ministério das Finanças (mapas da execução orçamental, Conta Provisória do 2.º Trimestre de 2025 e relatórios complementares), aos quais o CFP teve acesso formal a 13 de agosto. O CFP expressa o seu agradecimento à **Direção Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública (DNOCP)** pela disponibilização atempada da informação necessária à elaboração do presente relatório, sem a qual não seria possível garantir o rigor e a abrangência da análise aqui desenvolvida.

Estes dados foram complementados com informações do Banco de Cabo Verde, do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de organismos internacionais. Os dados foram tratados pelo CFP, sendo as taxas de execução, as variações homólogas e os rácios orçamentais calculados de acordo com as metodologias internacionalmente reconhecidas. Sempre que pertinente, a análise incorpora comparações com o período homólogo, a avaliação face às previsões do ORP 2025 e a apreciação crítica da qualidade da execução.

O relatório está estruturado da seguinte forma: Capítulo 1, Introdução; Capítulo 2 enquadra a evolução macroeconómica e orçamental, com destaque para o PIB, a inflação, o setor externo, o setor monetário e a situação das contas públicas; Capítulo 3 analisa em detalhe a execução da receita pública, distinguindo as receitas fiscais e as não fiscais, as transferências e as contribuições para a segurança social; Capítulo 4 dedica-se à execução da despesa, segundo as diferentes classificações (económica, funcional e orgânica), destacando os padrões de execução e as causas de sub/sobre execução; Capítulo 5 aborda o saldo orçamental e o financiamento, incluindo a avaliação do saldo

global e primário, a comparação com as metas do ORP/2025, as necessidades e os modos de financiamento; Capítulo 6 examina a evolução da dívida pública, com enfoque no nível, composição, perfil de vencimentos e trajetória recente; e Capítulo 7 apresenta as considerações e sugestões no sentido de reforçar a credibilidade e a sustentabilidade das finanças públicas.

2 CONTEXTO MACROECONÓMICO E ORÇAMENTAL

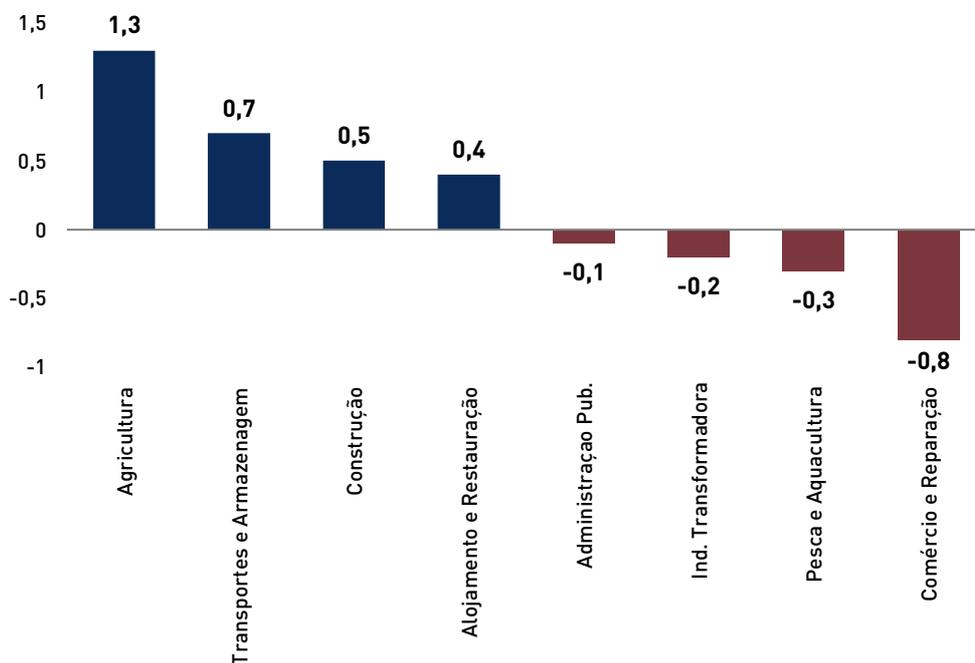
2.1 ANÁLISE ECONÓMICA - 1º SEMESTRE DE 2025

2.1.1 Evolução da Economia Nacional

A análise sobre a evolução da economia nacional foi feita de acordo com a periodicidade dos dados disponíveis, mas focando nos dados da execução orçamental do primeiro semestre. A frequência dos dados não é a mesma, pelo que algumas rubricas foram analisadas trimestralmente (PIB), outras semestralmente e, no caso da inflação, foi mensal.

Assim, de acordo com os dados publicados pelo INE, a economia (PIB) no primeiro trimestre cresceu 3,7 por cento em termos reais, enquanto o Valor Acrescentado Bruto (VAB), que representa a produção interna excluindo impostos, aumentou 3,3 por cento. Esse crescimento dá sinais de desaceleração, sendo inferior ao valor homólogo (11,7 por cento) e ao valor do trimestre anterior (6,6 por cento). Destacam-se como motores de crescimento deste trimestre a agricultura, que cresceu 25 por cento e contribuiu com 1,3 por cento, e a construção, que cresceu 15 por cento e contribuiu com 0,7 por cento.

Gráfico 1 - Contribuição dos principais setores no PIB



Fonte: Dados do INE. Cálculos do CFP

Motores de Crescimento

- Agricultura (+1,3 p.p. em 2025; +0,8 p.p. no período homólogo): Foi o principal destaque no crescimento deste trimestre, pois no trimestre anterior teve desempenho negativo, o que mostra a vulnerabilidade do setor e a necessidade de políticas estruturais para maior sustentabilidade.

- Transportes e Armazenagem (+0,7 p.p. em 2025; +2,9 p.p. no período homólogo) Provavelmente beneficiaram do aumento do número de turistas, mas muito abaixo do período homólogo.
- Construção (+0,5 p.p. em 2025; +2,7 p.p. no período homólogo): Impulsionada por investimentos privados, especialmente em projetos turísticos e imobiliários. O setor cresceu 15,7 por cento e contribuiu com 0,5 por cento para o PIB.
- Alojamento e Restauração (+0,4 p.p. em 2025; +2,7 p.p. no período homólogo): Apesar de recordes na atividade turística, a contribuição foi relativamente baixa, sugerindo eventuais problemas de custos, efeito de base ou fuga de rendimentos.

Setores em Retração

- Comércio e Reparação (-0,8 p.p.): Foi uma evolução menos esperada dada à estrutura da economia, possivelmente por queda no consumo interno e impacto de importações mais caras.
- Pesca e Aquacultura (-0,3 p.p.): Setor vulnerável a fatores regulamentares, tecnológicos e ambientais.

Os setores de Comércio e Indústria revelaram ser setores em dificuldades, pois impediram que o crescimento fosse mais elevado. A contração de 7,4 por cento no VAB do Comércio e de 3,2 por cento nas Indústrias Transformadoras são sinais de alerta. Nos inquéritos de conjuntura do primeiro trimestre do INE, os empresários apontaram como principais obstáculos, no comércio a insuficiência da procura e a rutura de stocks e na indústria o excesso de regulamentação, a falta de matéria-prima e as avarias mecânicas. A fraqueza destes setores está provavelmente ligada à queda acentuada das exportações e importações de bens.

Os referidos dados do INE sobre a conjuntura do trimestre apontaram que o indicador de confiança empresarial era favorável, mas os operadores enfrentam constrangimentos significativos, nomeadamente o nível elevado das taxas de juro, dificuldade no acesso ao crédito bancário, excesso de burocracia e uma insuficiente capacidade de oferta.

Destes dados, constata-se que o crescimento foi impulsionado pela agricultura e pelos transportes, mas a contribuição da agricultura revelou-se instável devido à elevada volatilidade que tem vindo a apresentar. Por sua vez, o turismo, embora com valores recorde, não se traduziu proporcionalmente no PIB. O comércio, com desempenho negativo, confirma o desafio do crescimento macro sem alívio imediato para as famílias.

2.1.2 Procura Interna: Consumo e Investimento

O consumo interno cresceu 1,3 por cento, refletindo uma desaceleração em relação ao trimestre anterior (+11,4 por cento), distribuída da seguinte forma:

- Consumo Privado: +2,0 por cento (+ 13,1 por cento no trimestre homólogo);

- Consumo Público: -1,3 por cento (+0,6 por cento no trimestre homólogo);
- Investimento (FBCF): +6,1 por cento, revertendo a queda de -3,3 por cento no quarto trimestre de 2024 (no trimestre homólogo reduziu 40%).

A retração do consumo público e o abrandamento do consumo privado refletem menor dinamismo da procura agregada. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) foi um ponto positivo, registando um crescimento de 6,1 por cento, revertendo a queda de 3,3 por cento observada no trimestre anterior.

2.1.3 Procura Externa: Exportações Líquidas

As exportações reduziram em 6,4 por cento, refletindo uma queda de 18,7 por cento nas exportações de bens e de 1,3 por cento nos serviços. As importações diminuíram 7,3 por cento (bens: -8,1 por cento e serviços: - 4,0 por cento).

Esta contração na procura agregada é um fator chave para a desaceleração geral verificada na economia, revelando menor dinamismo na atividade econômica.

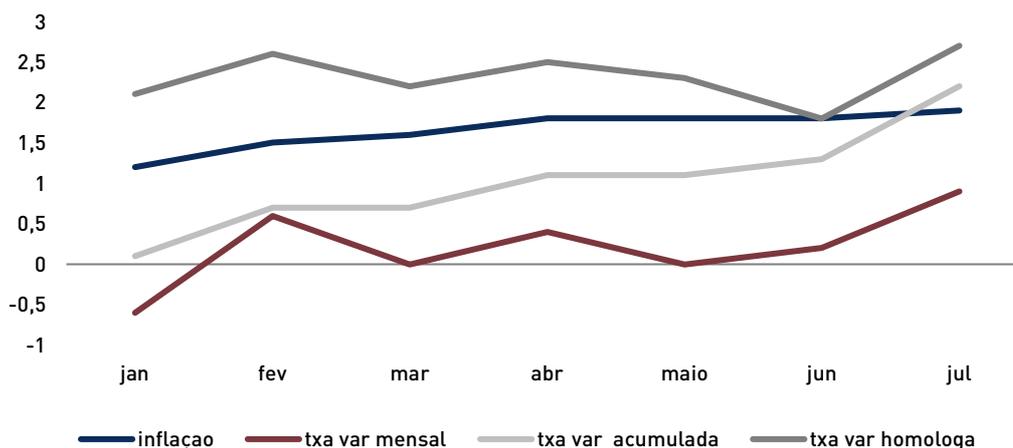
2.1.4 Turismo: Volume em Alta, Receitas em Baixa

Os dados de turismo no primeiro trimestre indicam aumento de hóspedes (+7,2 por cento), de dormidas (+8,8 por cento) e da taxa de ocupação (+4 p.p.), com destaque para estadias mais longas (5,0 noites em média). A taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros aumentou de 62 por cento para 66 por cento. Contudo, como se verifica no ponto anterior, as exportações de serviços reduziram 1,3 por cento. Assim, verifica-se um aparente paradoxo entre o aumento da atividade turística que não é refletido proporcionalmente nem nas exportações totais nem no PIB. Esta situação pode estar relacionada com a inclusão de outras categorias nos serviços exportados, que poderão ter tido desempenho negativo. Não se pode desconsiderar outra possibilidade, que é a eventual redução do gasto real médio por turista ou que a composição do gasto tenha sido alterada.

2.2 INFLAÇÃO

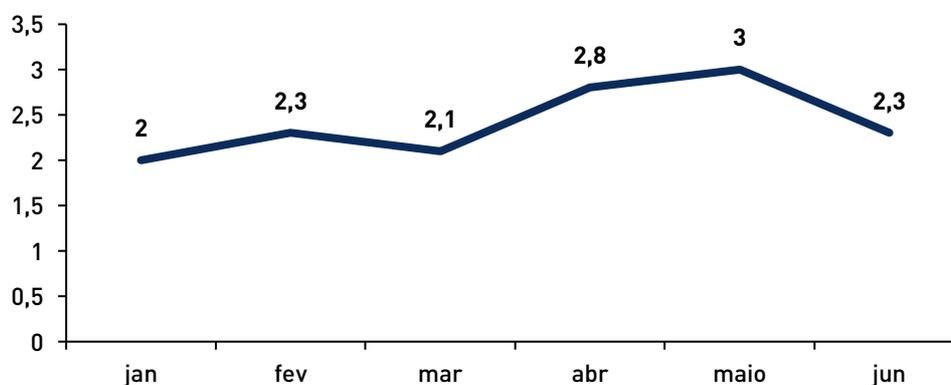
Em junho de 2025, a taxa de inflação homóloga foi de 1,8 por cento e a inflação subjacente (sem energia e alimentos não transformados) situou-se em 2,3 por cento. Comparando com períodos anteriores, a inflação vem aumentando desde janeiro devido à evolução dos preços dos bens energéticos e dos bens alimentares no mercado internacional. Em 2024, a inflação foi de 1 por cento.

Gráfico 2 - Inflação, diversas taxas



Fonte: Dados do INE. Cálculos do CFP

Gráfico 3 - Inflação Subjacente



Fonte: Dados do INE. Cálculos do CFP

2.3 SETOR EXTERNO

No que se refere ao setor externo, os dados da Direção Geral das Alfândegas mostram um desempenho negativo, com o déficit a situar-se em 2,4 por cento no segundo trimestre. Comparativamente ao primeiro trimestre, há uma melhoria nas exportações de bens, que crescem 47 por cento em valor, enquanto as importações aumentaram 6 por cento em valor.

2.4 SETOR MONETÁRIO

A massa monetária cresceu 2,4 por cento no primeiro semestre do ano, segundo a síntese Monetária de junho do Banco Central. Destaca-se o fato de o crédito interno líquido ter decrescido (-0,3 por cento), face ao dezembro de 2024. Para tal, contribuiu a queda do crédito ao Setor Público em cerca de 6,7 por cento. O crédito à economia cresceu 0,9 por cento. Por sua vez, os ativos externos líquidos cresceram 6,9 por cento, sustentando assim o crescimento da massa monetária.

2.5 SETOR PÚBLICO

As contas públicas tiveram desempenho positivo, com o saldo global a situar-se em 0,3 por cento do PIB e o saldo primário em 2,3 por cento do PIB. São evoluções importantes para a sustentabilidade das finanças públicas.

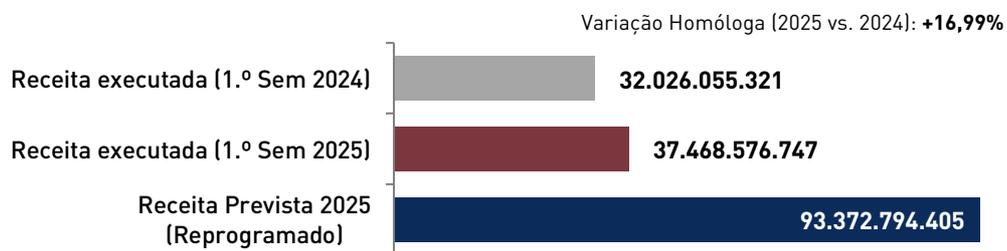
Embora as receitas tenham crescido (cerca de 17 por cento), é preciso uma análise mais cuidadosa, pois as despesas também aumentaram em cerca de 7 por cento, em relação ao período homólogo.

3 EXECUÇÃO DA RECEITA PÚBLICA

3.1 RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

No primeiro semestre de 2025, a receita arrecadada atingiu 37,47 mil milhões de escudos cabo-verdianos (ECV), incluindo a venda de ativos não financeiros, o que representa um crescimento de cerca de 17 por cento face ao mesmo período de 2024, quando foram executados 32,03 mil milhões, gráfico 4. Este aumento foi impulsionado, sobretudo, pelo bom desempenho dos impostos que passou de 27,2 mil milhões de ECV para 31,4 mil milhões de ECV (+15,62 por cento), com um peso de 84 por cento do total do aumento das receitas. Por outro lado, observou-se uma forte redução nas vendas de ativos não financeiros (-72,32 por cento), anexo I.

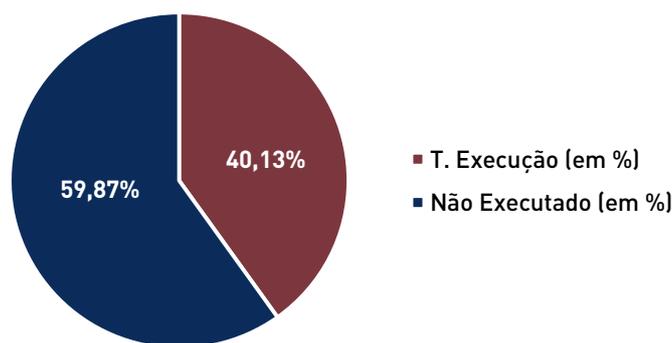
Gráfico 4 - Execução da receita



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

A execução da receita no primeiro semestre de 2025 totalizou 40,13 por cento da previsão anual de 93,37 mil milhões de ECV, evidenciando uma evolução favorável face ao período homólogo, com melhoria do ritmo de arrecadação relativamente a 2024.

Gráfico 5 - Execução da Receita



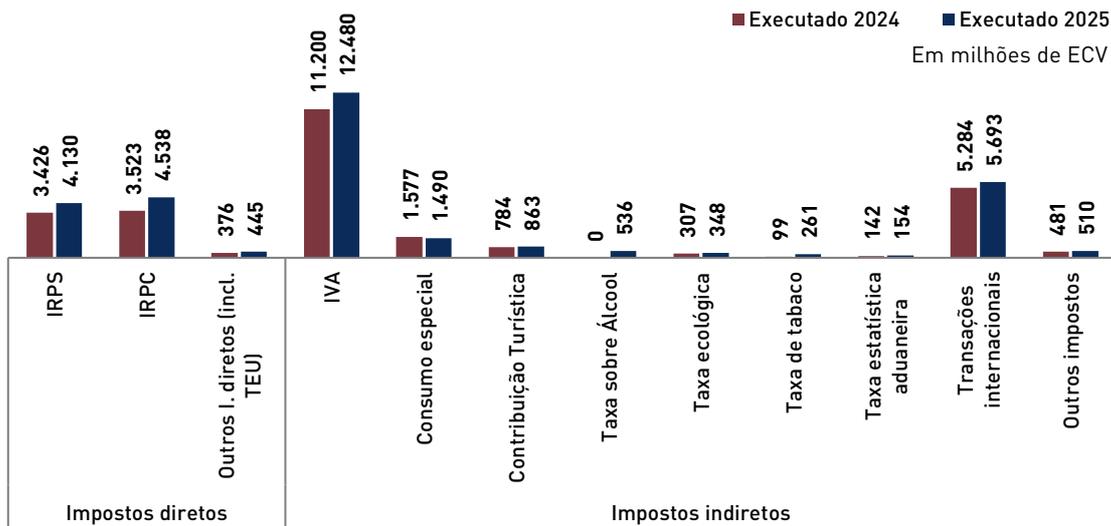
Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Apesar dessa evolução positiva, mais da metade da receita prevista ainda não foi realizada. Contudo, se o atual ritmo de arrecadação se mantiver no segundo semestre, corre-se o risco de não alcançar a meta anual estabelecida no Orçamento.

3.2 RECEITAS FISCAIS

A receita fiscal arrecadada no primeiro semestre de 2025 totalizou 31,45 mil milhões de ECV, registando um crescimento homólogo de 15,62 por cento. O desempenho foi positivo tanto nos impostos diretos (+24,44 por cento) como nos impostos indiretos (+14,32 por cento), anexo I.

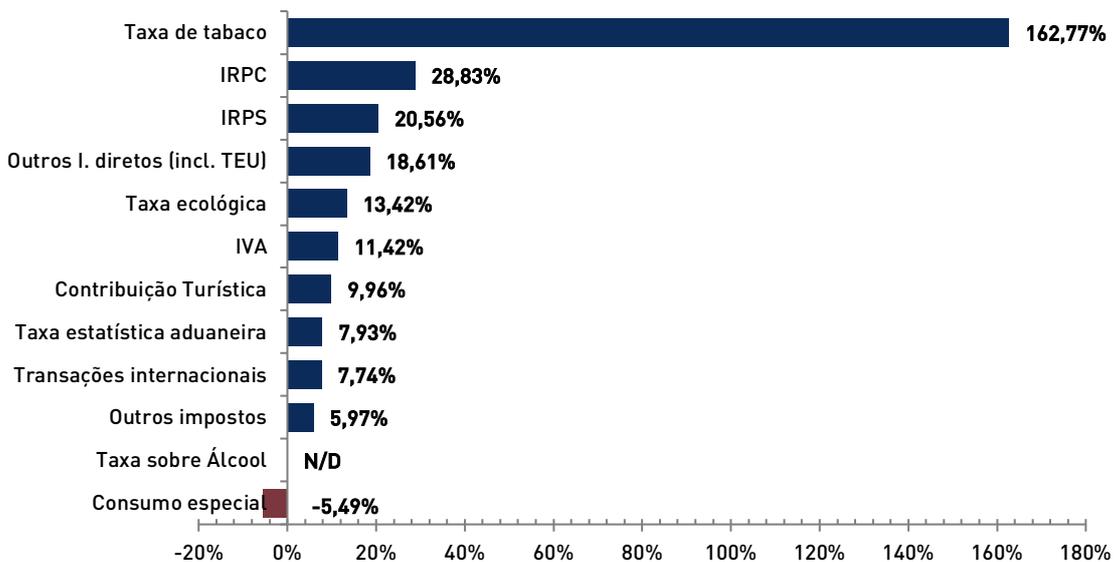
Gráfico 6 - Evolução da receita fiscal



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

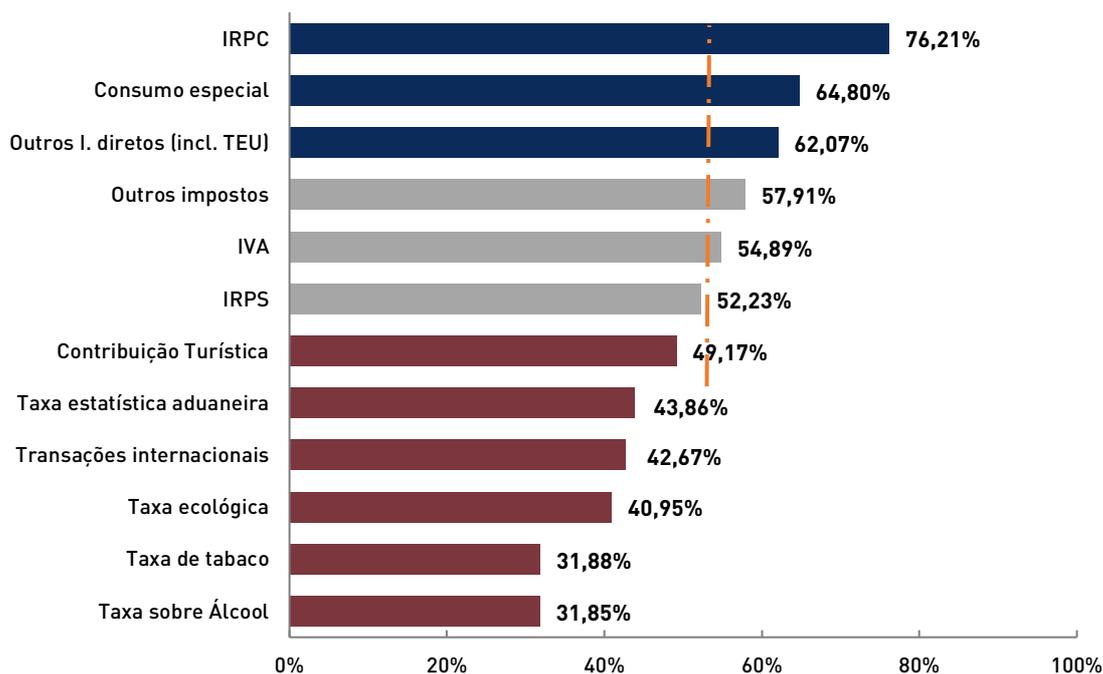
Entre os impostos diretos, destaca-se o desempenho do IRPC, com um aumento de 28,83 por cento, e uma taxa de execução elevada (+76,21 por cento), seguido do IRPS (+20,56 por cento) e dos outros impostos diretos, que também registaram crescimento (+18,61 por cento), gráfico 7.

Gráfico 7 - Variação homóloga da Receita Fiscal por Tipo



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Gráfico 8 - Taxa da execução da receita fiscal



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

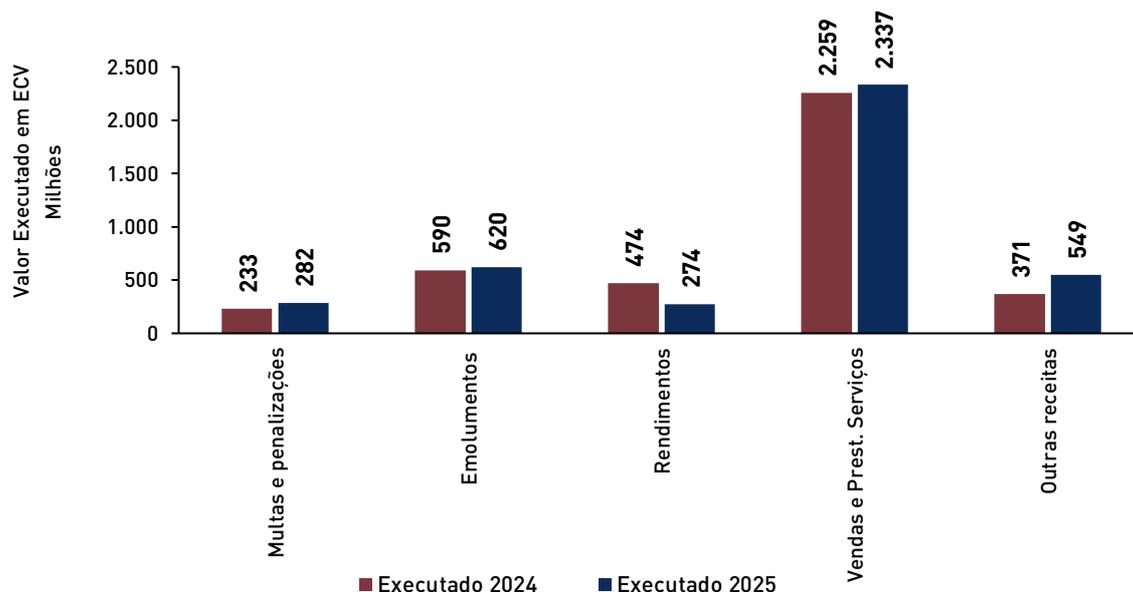
No grupo dos impostos indiretos, o IVA foi o principal contribuinte, com arrecadação de 12,48 mil milhões de ECV e crescimento de 11,42 por cento. Apesar do forte aumento da taxa de tabaco (+162,77 por cento), a sua execução ficou em 31,88 por cento, assim como a da taxa sobre álcool (31,85 por cento). O consumo especial caiu 5,49 por cento, apesar de apresentar uma taxa de execução relativamente elevada (64,80 por cento). As taxas aduaneiras e a taxa ecológica também contribuíram positivamente, com crescimentos de 7,93 por cento e 13,42 por cento, respetivamente, anexo 1.

A taxa global de execução da receita fiscal foi de 53,04 por cento, superando ligeiramente o exetável (50%), com melhor desempenho entre os impostos diretos e o IVA.

3.3 RECEITAS NÃO FISCAIS

No primeiro semestre de 2025, a receita não fiscal totalizou 4,06 mil milhões de ECV, apresentando um ligeiro crescimento em alguns componentes, gráfico 9, embora com taxa de execução global abaixo do expetável para o período.

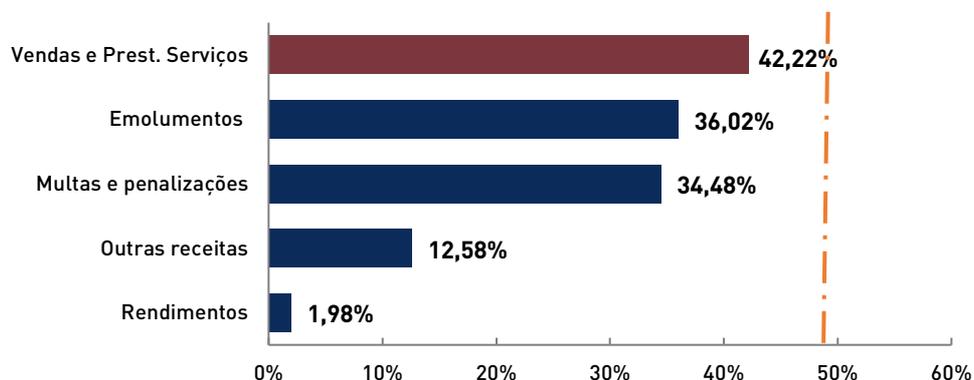
Gráfico 9 - Evolução da receita não fiscal



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Quanto à execução, nenhuma categoria atingiu os 50 por cento. As vendas e prestações de serviços lideraram com 42,22 por cento, seguidas por emolumentos (36,02 por cento) e multas e penalizações (34,48 por cento). As outras receitas ficaram em 12,58 por cento e os rendimentos em 1,98 por cento, refletindo fraco desempenho neste último item.

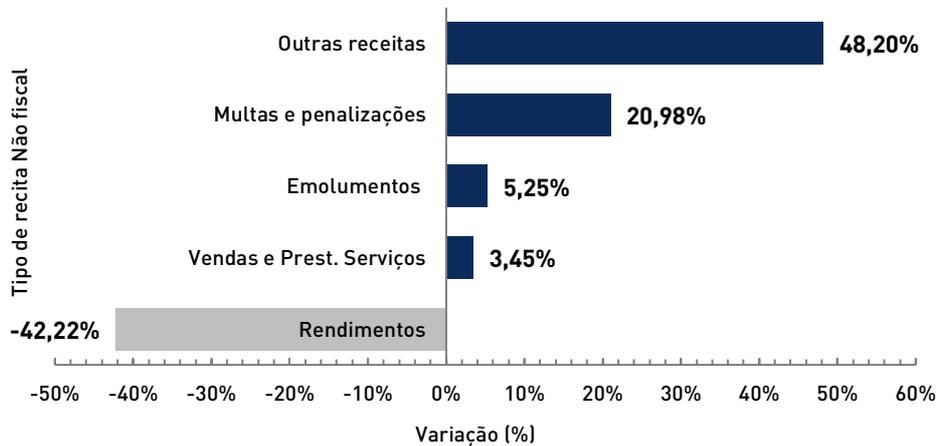
Gráfico 10 - Taxa da execução da receita não fiscal



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Entre as variações homólogas, destaca-se o aumento de 48,2 por cento nas “outras receitas”, seguido pelas multas e penalizações (+20,98 por cento), emolumentos (+5,25 por cento) e vendas e prestações de serviços (+3,45 por cento). Em contrapartida, os rendimentos registaram uma queda acentuada de 42,22 por cento.

Gráfico 11 - Variação homóloga da receita não fiscal



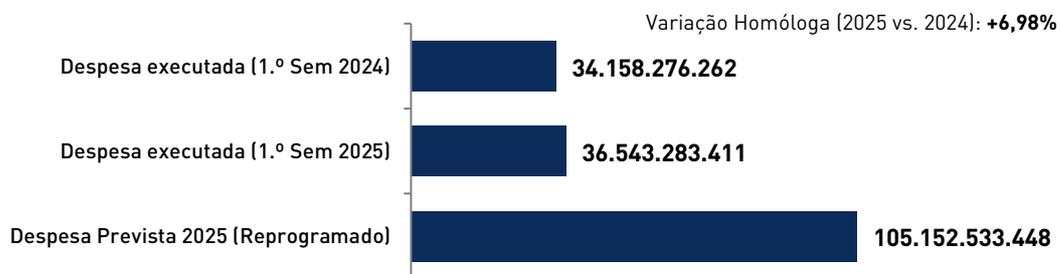
Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

4 EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA

4.1 DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

No primeiro semestre de 2025, a despesa executada ascendeu a 36,54 mil milhões de ECV, o que representa um aumento homólogo de 6,98 por cento em relação a 2024, quando se situou em 34,16 mil milhões, gráfico 12. Apesar desse crescimento, a execução corresponde a 34,75 por cento da despesa reprogramada para o ano (105,15 mil milhões de ECV), revelando que cerca de dois terços da dotação permanecem por executar. Outrossim, a análise mostra que a despesa se concentrou sobretudo nas despesas correntes, com peso elevado em pessoal, transferências e benefícios sociais. Já a execução da despesa de capital foi residual, contribuindo para a baixa taxa global de realização, anexo 2.

Gráfico 12 - Execução da despesa

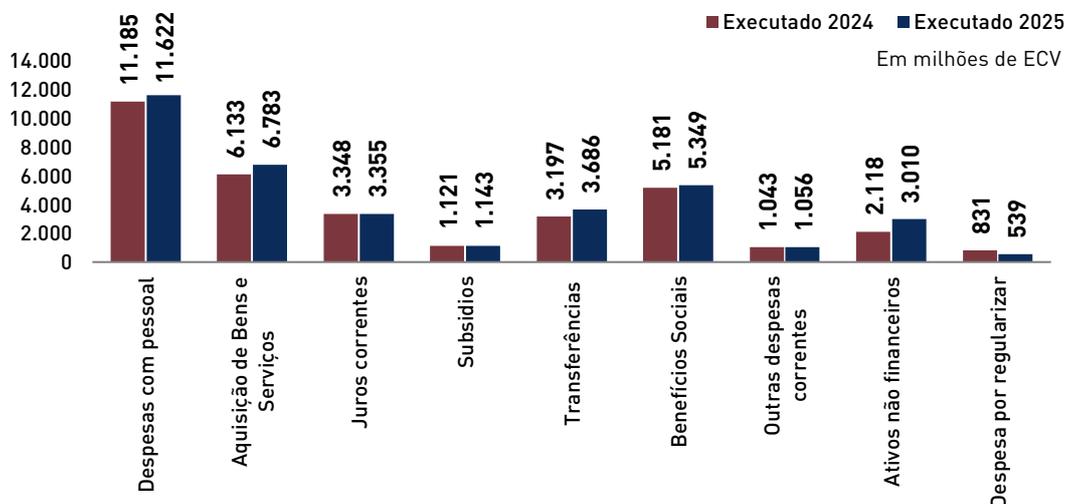


Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

4.2 DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

No primeiro semestre de 2025, a despesa manteve-se concentrada nas despesas correntes, que absorveram a maior parte da execução, enquanto as despesas de capital tiveram participação reduzida.

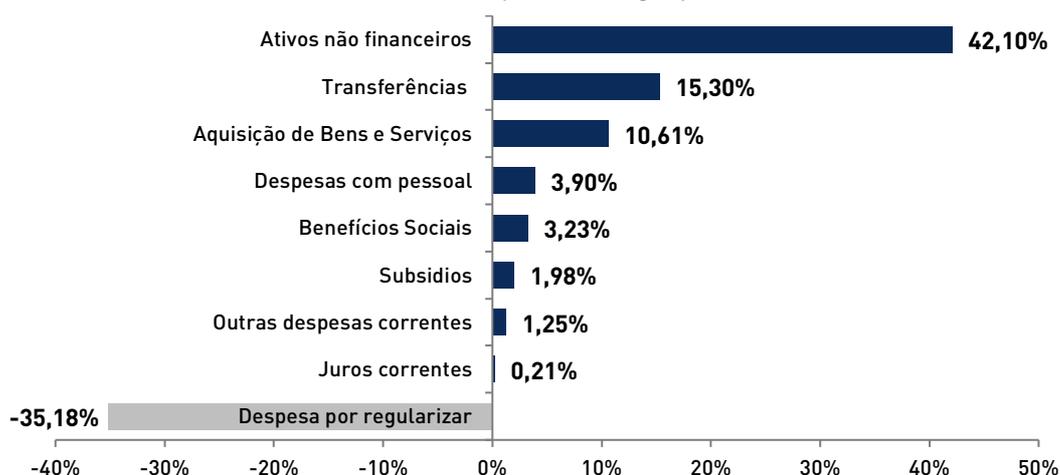
Gráfico 13 - Evolução da despesa económica



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Entre as despesas correntes, o maior peso recaiu sobre as despesas com o pessoal, que cresceram, relativamente ao período homólogo, 3,90 por cento. Em relação ao total das despesas do semestre, representa 31,80 por cento, valor abaixo do expetável (50 por cento). Seguem-se a aquisição de bens e serviços, com 18,56 por cento do total, que cresceu 10,61 por cento, mas cuja execução ficou bastante baixa (29,81 por cento). Os benefícios sociais corresponderam a 14,64 por cento da despesa, com um crescimento moderado (+3,23 por cento) e uma taxa de execução próxima dos 50 por cento (47,55 por cento).

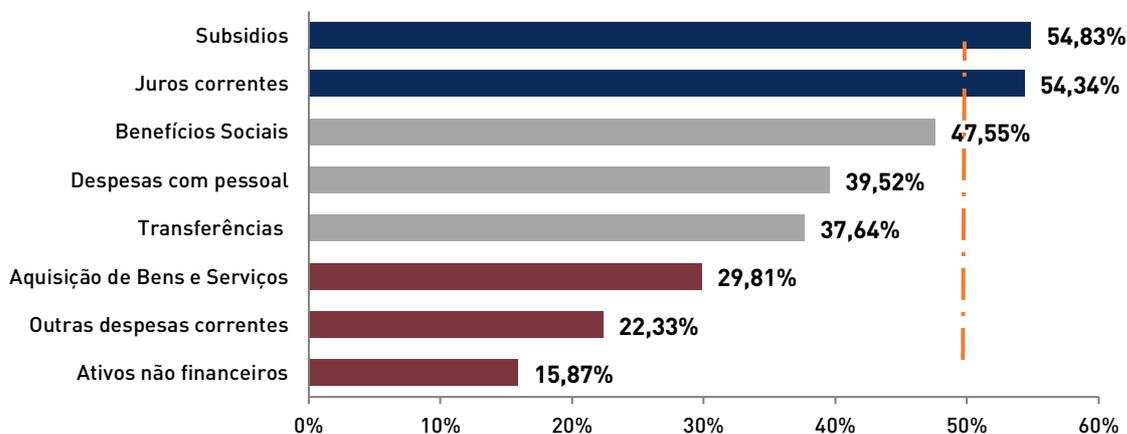
Gráfico 14 - Variação homóloga (por cento)



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos CFP

As transferências correntes registaram um aumento mais expressivo (+15,30 por cento), atingindo 10,09 por cento do total, embora com uma execução de 37,64 por cento. Já os juros da dívida representaram 9,18 por cento do total e cresceram de forma marginal (+0,21 por cento), com uma execução acima do expetável (54,34 por cento). Os subsídios mantiveram um peso reduzido (3,13 por cento) e cresceram apenas 1,98 por cento, mas com uma taxa de execução de 54,83 por cento, gráfico 15.

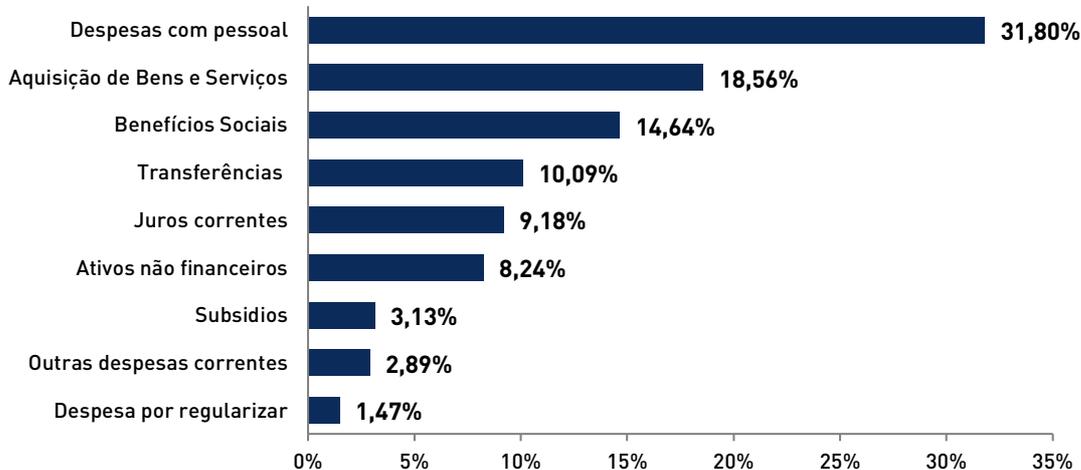
Gráfico 15 - Taxa de execução (por cento)



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos CFP

Do lado da despesa de capital, os ativos não financeiros destacaram-se com um aumento significativo de 42,10 por cento, mas o peso no total foi baixo (8,24 por cento) e a taxa de execução muito reduzida (15,87 por cento), gráficos 14, 15 e 16.

Gráfico 16 - Peso por tipo de despesa (por cento)



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos CFP

As outras despesas correntes tiveram pouca variação (+1,25 por cento) e participação marginal (2,89 por cento do total), também com execução limitada (22,33 por cento). Já a rubrica despesa por regularizar recuou 35,18 por cento, reduzindo o seu peso para 1,47 por cento.

4.3 DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

No primeiro semestre de 2025, a execução da despesa manteve-se concentrada em três grandes funções: Serviços Públicos Gerais, Proteção Social e Educação, que em conjunto representaram mais de metade da despesa total (57,5 por cento).

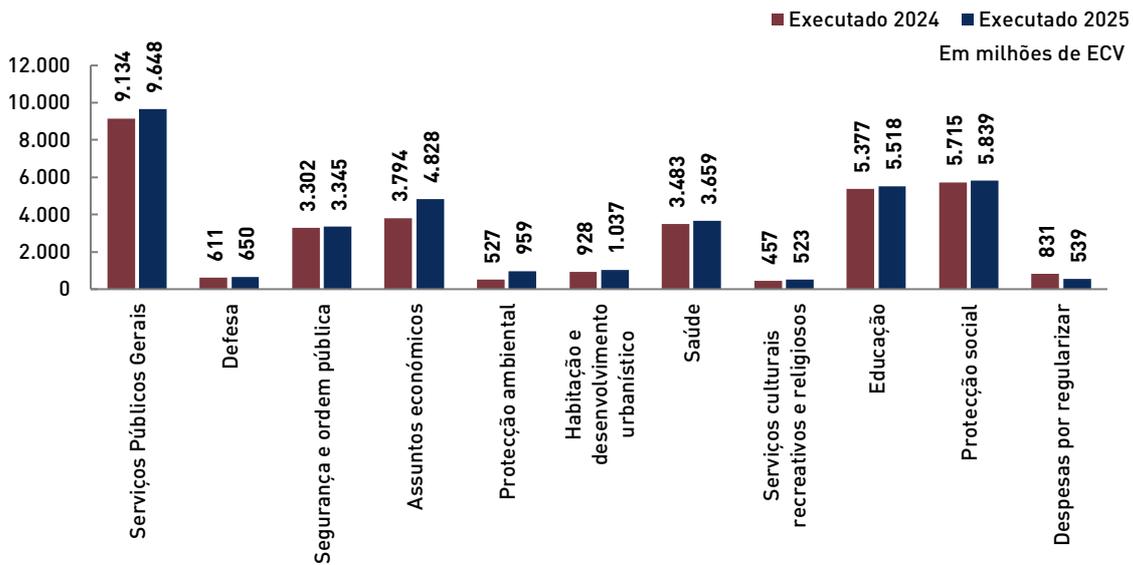
Gráfico 17 - Peso da despesa por funções (%)



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos CFP

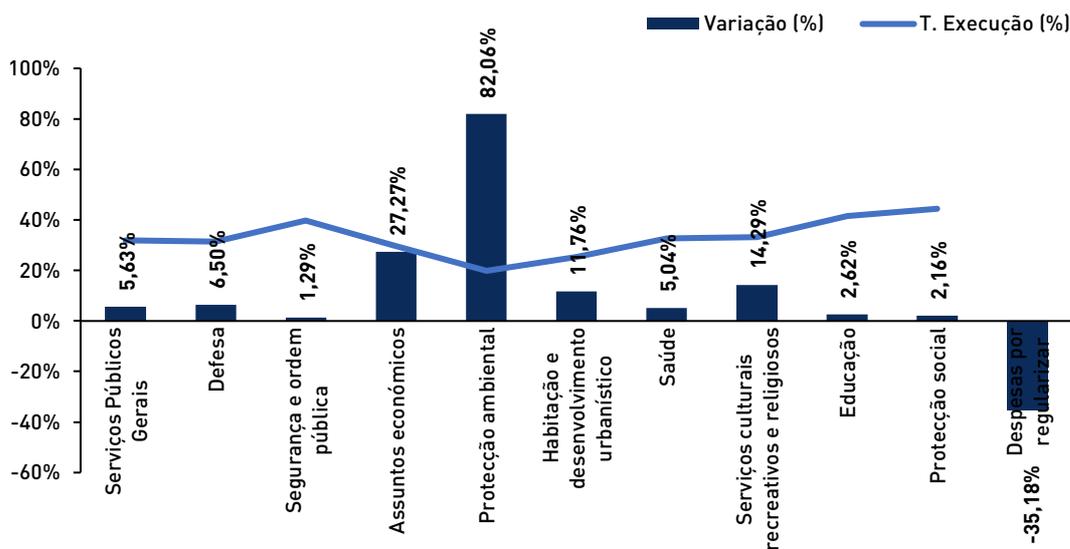
Os Serviços Públicos Gerais lideraram com 26,40 por cento do total, atingindo 9,6 mil milhões de ECV, mas registaram um aumento de 5,63 por cento face a 2024 e uma taxa de execução baixa. A Proteção Social foi a segunda área funcional mais relevante, com 15,98 por cento da despesa, indicando um ligeiro crescimento homólogo (+2,16 por cento) e uma execução de 44,4 por cento. A Educação absorveu 15,10 por cento do total, crescendo 2,62 por cento, e uma taxa de realização de 41,5 por cento, gráficos 18 e 19.

Gráfico 18 - Evolução da despesa por funções



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos CFP

Gráfico 19 - Execução e variação da despesa por funções (%)



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos CFP

Além disso, destacam-se os Assuntos Económicos, que representaram 13,21 por cento da despesa e cresceram 27,27 por cento, refletindo uma maior alocação às políticas de

fomento económico. A Proteção Ambiental também registou um forte aumento (+82,06 por cento) embora com um peso reduzido na despesa (2,62 por cento). A Saúde respondeu por 10,01 por cento do total, com um crescimento moderado (+5,04 por cento). A Segurança e Ordem Pública absorveu 9,15 por cento, crescendo 1,29 por cento.

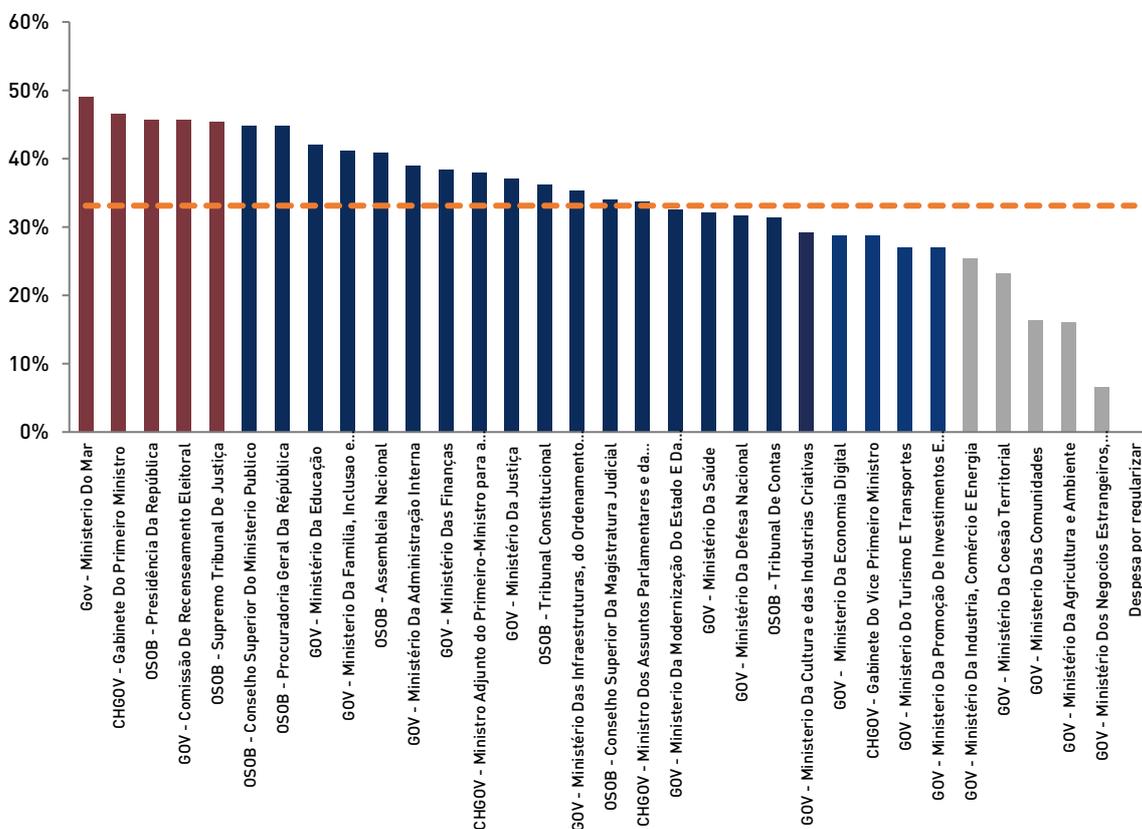
As funções de menor expressão foram Defesa (1,78 por cento), Serviços culturais, recreativos e religiosos (1,43 por cento) e Despesas por regularizar (1,47 por cento), sendo que esta última apresenta uma variação negativa significativa (-35,16 por cento).

4.4 DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

A execução orçamental por órgão, no primeiro semestre de 2025, apresenta uma média global de 33,12 por cento, revelando baixa realização em relação ao expetável (50 por cento). Alguns órgãos tiveram desempenho acima dessa média, mas a maioria manteve níveis de execução reduzidos.

No topo da lista estão órgãos como o Ministério do Mar (48,95 por cento), o Gabinete do Primeiro-Ministro (46,52 por cento) e a Presidência da República (45,68 por cento), todos com taxas de execução muito próximos do expetável. Em contraste, ministérios setoriais como Negócios Estrangeiros (6,61 por cento), Agricultura e Ambiente (15,97 por cento) e Comunidades (16,35 por cento) registaram taxas abaixo dos 20 por cento, gráfico 20.

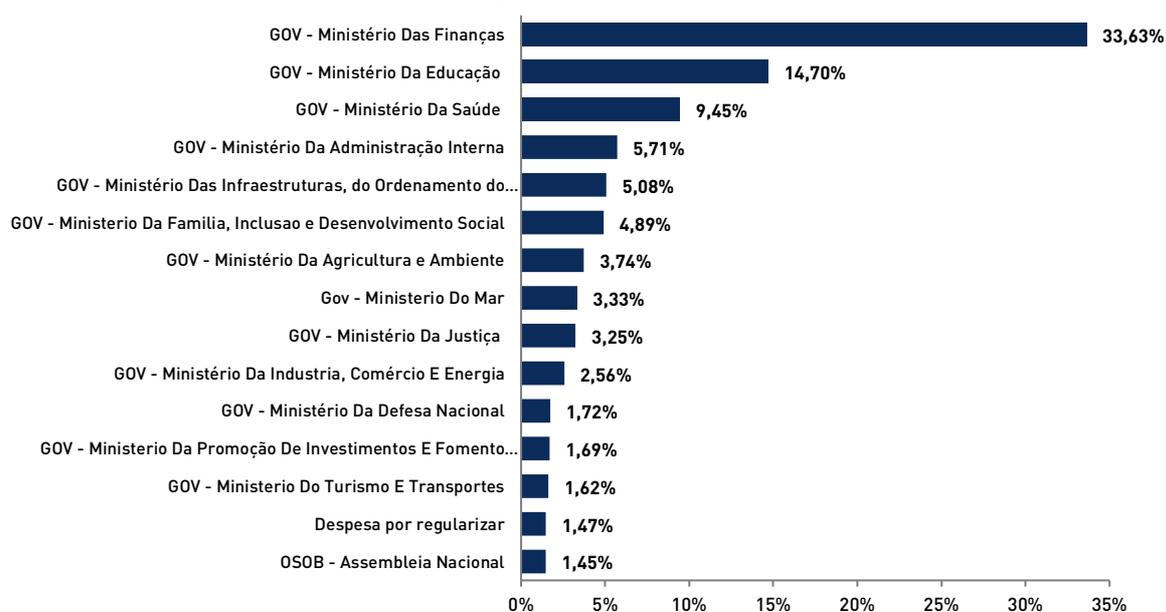
Gráfico 20 - Execução Orçamental por órgão (por cento)



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos CFP

Quanto ao peso relativo da despesa, três órgãos concentram quase 60 por cento do total: o Ministério das Finanças (33,63 por cento), seguido do Ministério da Educação (14,70 por cento) e do Ministério da Saúde (9,45 por cento). Outros ministérios com participação relevante foram os da Administração Interna (5,71 por cento), das Infraestruturas e Ordenamento do Território (5,08 por cento) e da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (4,89 por cento).

Gráfico 21 - Top 15 Órgãos por peso da despesa (por cento)



Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do CFP

Assim, verifica-se uma concentração significativa da execução da despesa em poucos ministérios de grande dimensão orçamental, enquanto diversos órgãos setoriais apresentam baixo peso no total e reduzida taxa de execução.

5 SALDO ORÇAMENTAL E FINANCIAMENTO

O desempenho orçamental no primeiro semestre de 2025 revela uma posição de relativa robustez, com superavit primário e global, ainda que dependente dos donativos para manter o saldo positivo. Abaixo, os principais pontos:

5.1 SALDO ORÇAMENTAL (PRIMÁRIO E GLOBAL)

Tabela 1 - Saldo Corrente, Saldo Global e Saldo Primário

Indicador	2025		2024	
	Valor (milhões CVE)	% PIB	Valor (milhões CVE)	% PIB
Receitas	37 452		31 967	
Despesas	33 535		32 040	
Saldo Corrente	3 482	1,15	50	0,02
Saldo corrente primário	6 837	2,25	3 398	1,2
Ativos não financeiros (investimento público)	2 993		2 059	
Saldo global (3-4)	925,2	0,31%	-2 132	-0,8
Juros e outros encargos	3 355		3 348	
▪ Juros internos	1 697		1 551	
▪ Juros externos	1 628		1 778	
Saldo primário (= saldo global + juros)	4 280	1,41%	1 216	0,4
Saldo global excl. donativos	-970	-0,32%	-2 935	-0,8

Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

O Saldo Global, que corresponde à diferença entre o Resultado Operacional Bruto e os Ativos Não Financeiros, registou no primeiro semestre de 2025 um superavit de 925,2 milhões de ECV, equivalente a 0,31 por cento do PIB (PIB previsto pelo Ministério das Finanças cerca de 303,25 mil milhões de ECV). Este desempenho contrasta significativamente com o observado no mesmo período de 2024, quando o saldo global evidenciava um défice de 2.132 milhões de ECV, correspondente a -0,8 por cento do PIB. Assim, verifica-se uma melhoria substancial na posição orçamental, traduzindo-se na passagem de uma situação deficitária para um superavit, o que reforça a sustentabilidade das finanças públicas no curto prazo.

No entanto, o Saldo Global excluindo donativos apresenta-se negativo em cerca de 970 milhões de ECV (correspondente a -0,32 por cento do PIB), o que demonstra que o equilíbrio positivo registado nas contas públicas, neste semestre, foi alcançado graças às transferências externas, evidenciando assim uma dependência significativa do financiamento pelos doadores.

O saldo corrente registou um excedente de cerca de 3.482 milhões de ECV (cerca de +1,15 por cento do PIB), indicando que as receitas correntes foram suficientes para cobrir integralmente as despesas correntes, assegurando ainda uma margem positiva para financiar o investimento público e o serviço da dívida.

O saldo corrente primário apresentou um excedente de cerca de 6.837 milhões de ECV, equivalente a 2,25 por cento do PIB, evidenciando que, antes de considerar os encargos com juros da dívida, a posição estrutural das contas públicas é claramente positiva, o que reforça a capacidade do Estado em gerar receitas correntes suficientes para sustentar as suas despesas operacionais.

O saldo global primário, que corresponde ao saldo global ajustado pelos encargos com juros, atingiu no primeiro semestre de 2025 um superavit de 4.280 milhões de ECV (+1,41 por cento do PIB), valor que representa uma evolução positiva face a 2024, quando o excedente primário era de 1.216 milhões de ECV. Este resultado evidencia a capacidade do Estado em gerar receitas suficientes para cobrir as suas despesas e ainda assegurar o pagamento dos encargos da dívida, revelando um superavit primário expressivo que reforça a sustentabilidade da dívida pública no médio prazo.

5.2 COMPARAÇÃO COM AS METAS DO ORP¹

A meta da ORP 2025 aponta para défice anual de 11,78 mil milhões de ECV. A meio do ano os resultados estão melhores do que a meta anual em termos de saldo (superavit vs. défice programado). Ainda assim, é prudente ter em conta a sazonalidade do investimento e de pagamentos no segundo semestre que, normalmente, tendem a pressionar o saldo.

Tabela 2 - Execução Orçamental (até junho de 2025) versus Metas do ORP

Indicador	Execução 2025 (junho)	Meta ORP 2025	Diferença / Conclusão
Saldo Global (% PIB)	0,31%	-3,90%	Melhor que a meta (viragem para superavit)
Saldo Global-sem donativos (%PIB)	-0,32%	-6,0%	Cumprimento apenas com donativos; dependência externa
Saldo Primário (% PIB)	1,41%	-1,80%	Resultado melhor que o programado, reforçando sustentabilidade
Receitas (mil M CVE)	37.452	92 528	Execução 40,7%
Despesas (mil M CVE)	33.535	86 189	Execução prudente da despesa (39,9%)

Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

¹ ORP-Orçamento Reprogramado

5.3 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

No primeiro semestre de 2025, as necessidades líquidas de financiamento foram negativas em 1,51 mil milhões de ECV, evidenciando uma posição orçamental equilibrada, sem recurso adicional ao endividamento e com impacto na redução líquida de passivos e no reforço dos ativos financeiros.

O financiamento líquido total (soma de ativos e passivos financeiros) foi de -1,51 mil milhões de ECV, refletindo:

- Ativos financeiros (líquido): -1,686 mil milhões de ECV, correspondendo à constituição ou reforço de ativos;
- Passivos financeiros (líquido): +0,179 mil milhões de ECV, indicando endividamento líquido muito limitado.

Assim, o semestre caracterizou-se por uma ausência da necessidade de financiamento líquido. Pelo contrário, o superavit orçamental conjugado com a acumulação de ativos permitiu reduzir a pressão sobre o endividamento, reforçando a margem de sustentabilidade financeira no curto prazo.

5.4 MODO DE FINANCIAMENTO

No primeiro semestre de 2025, o financiamento público apresentou uma dinâmica mista. A dívida interna registou um ligeiro aumento líquido de 0,358 mil milhões de ECV, enquanto a dívida externa evidenciou uma amortização líquida de 0,179 mil milhões de ECV. Em paralelo, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) teve um papel determinante, com receitas de capital de cerca de 0,496 mil milhões de ECV, que contribuíram diretamente para a melhoria do saldo orçamental.

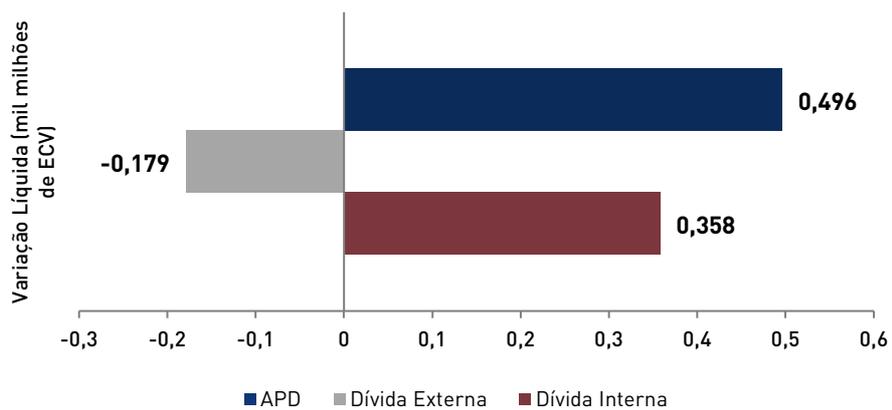
A síntese destes movimentos encontra-se no quadro e gráfico seguintes, que ilustram a variação líquida por fonte de financiamento:

Tabela 3 - Variação Líquida por Fonte de Financiamento 1º semestre

Fonte de Financiamento	Variação Líquida (mil milhões de ECV)
Dívida Interna	0,358
Dívida Externa	-0,179
APD	0,496

Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Gráfico 22 - Financiamento Público: Variação Líquida no 1.º Semestre de 2025



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

6 EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

6.1 NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

Em 30 de junho de 2025, o stock da dívida pública atingiu 298,93 mil milhões de ECV, correspondente a cerca de 98,6 por cento do PIB, revelando um nível elevado e próximo dos 100 por cento.

A dívida pública de Cabo Verde mantém uma forte componente externa, que representa cerca de 67,1 por cento do total, enquanto a dívida interna corresponde a 32,9 por cento. Esta distribuição evidencia uma dependência significativa do financiamento externo, com implicações positivas em termos de custos (maior concessionalidade), mas que também expõe o país a riscos acrescidos relacionados com a taxa de câmbio e à evolução das condições financeiras externas.

Tabela 4 - Composição da Dívida Pública por Origem – junho 2025

Componente	Valor (mil milhões de ECV)	% PIB	% Total
Externa	200,73	66,20	67,10
Interna	98,2	32,40	32,90
Total	298,93	98,60	100

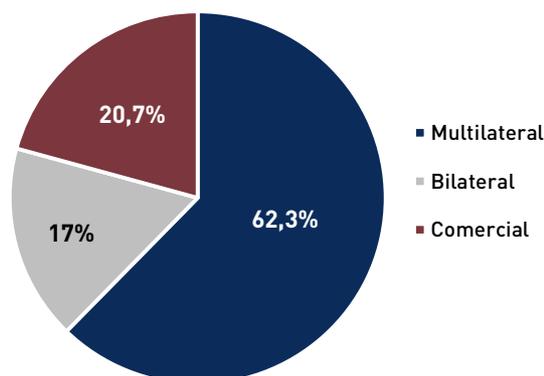
Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Em termos absolutos, a dívida externa ascendeu a 200,73 mil milhões de ECV (66,2% do PIB), permanecendo como a principal fonte de financiamento do Estado, enquanto a dívida interna totalizou 98,20 mil milhões de ECV (32,4% do PIB). Assim, confirma-se o predomínio da componente externa, que traduz simultaneamente vantagens em termos de sustentabilidade financeira e desafios ligados à vulnerabilidade da economia a choques internacionais.

O stock da dívida externa pública reduziu em termos globais no valor de 3,37 mil milhões de ECV (-1,7 por cento), sinalizando um ajustamento moderado no endividamento externo, tabela 5.

Em junho de 2025, a dívida externa de Cabo Verde manteve-se concentrada nos credores multilaterais, que continuam a ser a principal fonte de financiamento, com um stock de 125,0 mil milhões de ECV (cerca de 62 por cento do total), gráfico 23, refletindo um ligeiro aumento de 1,3 por cento face ao período homólogo.

Gráfico 23 - Dívida externa por categoria



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

No grupo dos credores multilaterais destacam-se o BM/IDA (USD), que registou uma variação muito expressiva. Em contrapartida, outros credores multilaterais como o FAD, BAD, BEI, BADEA e FIDA apresentaram decréscimos, em grande medida relacionados com amortizações programadas e efeitos cambiais.

No grupo bilateral, verificou-se uma redução de 6,4 por cento (-2,3 mil milhões de ECV), totalizando 34,0 mil milhões de ECV (cerca de 17 por cento do total). A queda foi mais acentuada nos créditos da China (-21,4 por cento), do Fundo Kuwait (-10 por cento), da AFD (-11,2 por cento) e do ICO (-14,2 por cento), refletindo tanto amortizações como menor recurso a este tipo de financiamento. Apenas a Áustria apresentou um crescimento de 5 por cento, em virtude de novos desembolsos ligados a projetos de dessalinização.

A componente comercial, por sua vez, correspondeu a 41,6 mil milhões de ECV (cerca de 21 por cento do total) e registou uma redução homóloga de 6,1 por cento. Os maiores decréscimos incidiram na CGD (-2,2 mil milhões; -6,1 por cento), no KBC (-28,6 por cento) e no BPI (-5,7 por cento), sugerindo um esforço de redução da exposição a instituições financeiras comerciais, que apresentam custos de financiamento mais elevados e riscos de refinanciamento mais acentuados.

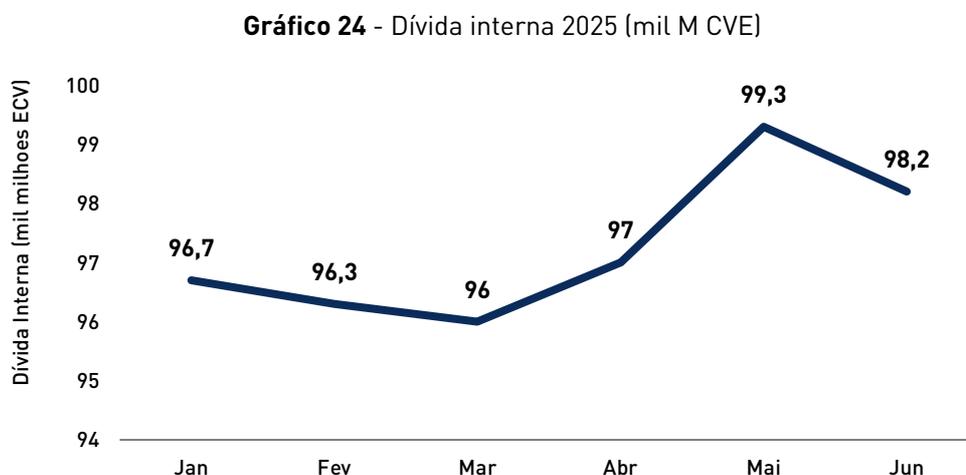
Estes resultados encontram-se detalhados na Tabela 5 – Stock da Dívida Externa Pública por Credores (2025), que permite observar a evolução face a junho de 2024, bem como as variações em valor e percentagem por credor:

Tabela 5 - stock da dívida externa pública por credores 2025

Credor	Moeda	jun/25	jun/24	Var. %
Multilateral	Moeda	125 049 649 168	123 384 739 864	1,3%
FAD	CAD	14 586 947	18 367 536	-20,6%
FAD	CHF	198 994 861	205 197 427	-3,0%
FAD	DKK	12 463 231	14 142 343	-11,9%
FAD	EUR	3 774 208 071	3 923 364 882	-3,8%
FAD	GBP	12 908 835	14 143 610	-8,7%
FAD	JPY	1 412 174 276	1 452 411 972	-2,8%
FAD	NOK	5 541 460	6 672 174	-16,9%
FAD	SEK	1 155 390	1 309 004	-11,7%
FAD	USD	3 516 000 782	4 024 072 343	-12,6%
IMF	USD	12 110 589 921	12 304 426 051	-1,6%
BM/IDA	XDR	55 983 499 952	55 542 540 722	0,8%
BM/IDA	USD	4 176 838 973	14 191 527	29331,9%
BM/IBRD	EUR	2 926 211 049	3 103 558 243	-5,7%
BM/IBRD	USD	1 299 189 668	618 021 854	110,2%
BAD	EUR	28 035 283 295	29 362 632 348	-4,5%
BADEA	USD	3 562 664 412	4 013 008 848	-11,2%
BEI	EUR	2 242 075 755	2 624 596 668	-14,6%
OPEC	USD	1 413 411 045	1 334 926 923	5,9%
OPEC	EUR	156 217 939	218 700 704	-28,6%
FIDA	USD	16 494 960	23 217 347	-29,0%
FIDA	XDR	2 202 414 819	2 432 610 442	-9,5%
FIDA	EUR	704 592 842	730 689 039	-3,6%
NDF	XDR	95 361 581	111 051 101	-14,1%
NTF	USD	0	0	
CEDEAO	UC	1 176 769 105	1 290 886 756	-8,8%
Bilateral		34 077 496 052	36 393 795 904	-6,4%
CHINA	RMB	1 824 625 003	2 320 052 383	-21,4%
BELGIQUE	EUR	733 602 295	745 615 980	-1,6%
FUNDO KUWAIT	KWD	1 048 828 346	1 164 812 316	-10,0%
PORTUGAL	EUR	14 735 215 588	15 181 737 272	-2,9%
PORTUGAL	USD	0	0	
ICO	EUR	2 619 187 737	3 051 411 275	-14,2%
ICO	USD	0	0	
JICA	JPY	6 380 175 066	6 535 273 693	-2,4%
FUNDO SAUDITA	SAR	1 326 463 570	1 565 576 791	-15,3%
BRASIL	USD	0	0	
AFD	EUR	3 892 019 895	4 383 994 171	-11,2%
Austria	EUR	1 517 378 553	1 445 322 022	5,0%
Comercial		41 602 205 982	44 325 681 163	-6,1%
BES	EUR	0	0	
CGD	EUR	34357014848	36 599 344 385	-6,1%
KBC		123877132,7	173 427 983	-28,6%
KFW	EUR	0	0	
BPI	EUR	7121314002	7 552 908 795	-5,7%
Total		200 729 351 202	204 104 216 931	-1,7%

Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

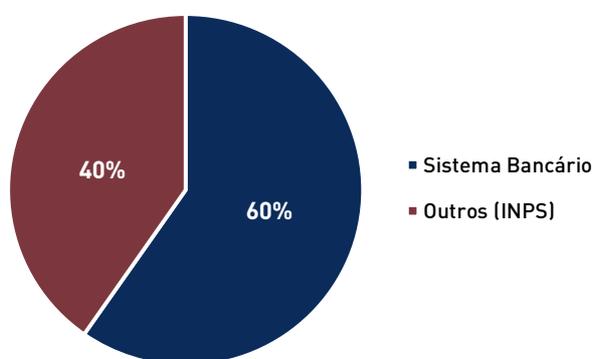
Em junho de 2025, o stock da dívida doméstica situava-se em 98,196 mil milhões de ECV, registando oscilações moderadas ao longo do semestre (entre 96,0 e 99,3 mil milhões), o que reflete uma trajetória estável, gráfico 24.



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

A composição dos credores mostra que o sistema bancário concentrou 58,621 mil milhões de ECV (cerca de 60% do total), enquanto o bloco “Outros”, praticamente o INPS, detinha 39,575 mil milhões de ECV (40%).

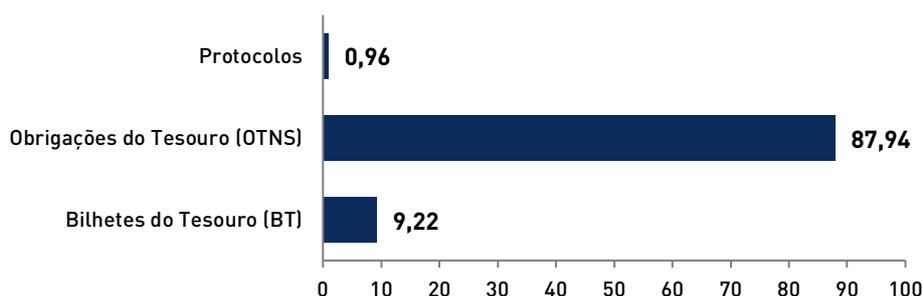
Gráfico 25 - Dívida interna por tipo credor



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Do ponto de vista dos instrumentos, destaca-se o forte crescimento dos Bilhetes do Tesouro (BT), que atingiram 9,22 mil milhões de ECV, ao passo que as Obrigações do Tesouro (OTNS) permaneceram dominantes com 87,94 mil milhões de ECV, e os Protocolos reduziram-se para 0,96 mil milhões de ECV. Esta configuração traduz um maior recurso ao financiamento de curto prazo via BT, embora a estrutura continue a ser marcada pela predominância do médio e longo prazo, representados pelas OTNS.

Gráfico 26 - Dívida interna por instrumento



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

6.2 PERFIL DE VENCIMENTO, ENCARGOS E RISCOS

O perfil da dívida pública em junho de 2025 apresentou uma distribuição entre instrumentos de curto e longo prazo, bem como uma forte componente externa.

No plano doméstico, os Bilhetes do Tesouro (BT) totalizavam 9,22 mil milhões de ECV, equivalentes a 9,4% da dívida interna. Apesar de ainda representarem uma fração relativamente limitada do stock, o seu aumento expressivo face a 2024 traduz-se em risco de rolagem moderado, exigindo maior disciplina na gestão de refinanciamentos.

No plano externo, o stock atingiu 200,7 mil milhões de ECV (cerca de 66% do PIB), com predominância de credores multilaterais (cerca de 62%), que oferecem condições concessionais e maturidades mais longas, mitigando uma parte do risco de refinanciamento. Contudo, a presença relevante de credores comerciais (cerca de 21%) implica encargos mais elevados e maior sensibilidade a condições de mercado. O perfil de vencimentos externos, portanto, combina estabilidade de longo prazo via multilaterais com uma maior exposição a custos e riscos cambiais na componente comercial.

No que respeita a encargos, os juros e outros encargos da dívida atingiram 6,171 mil milhões de ECV no primeiro semestre de 2025 (2,03% do PIB). A sua distribuição confirma a maior pressão do lado interno (3,862 mil milhões de ECV; 1,27% do PIB) em relação ao externo (2,228 mil milhões de ECV; 0,73% do PIB). Este montante representa um peso considerável, absorvendo praticamente a totalidade da margem positiva do saldo corrente, o que torna o equilíbrio orçamental dependente de financiamento adicional e donativos externos.

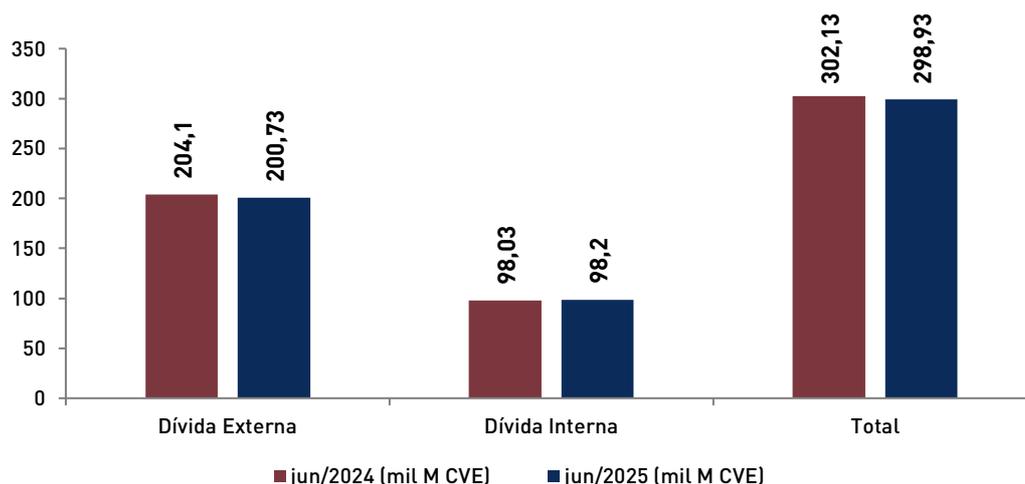
Os principais riscos associados à dívida pública permanecem:

- Câmbio – devido à elevada exposição a dívida em moedas fortes (USD, JPY, XDR);
- Taxa de juro/refinanciamento – sobretudo nos BT domésticos e na componente comercial externa, sujeitos a custos mais altos;
- Sazonalidade orçamental – riscos acrescidos no segundo semestre, com maior concentração de investimento público e pagamentos, pressionando a tesouraria.

6.3 TENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA

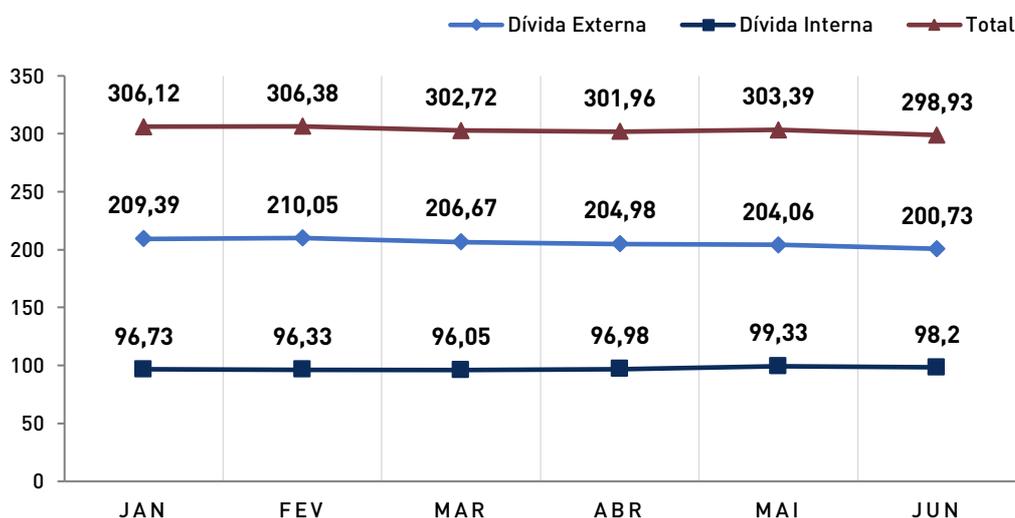
A trajetória da dívida pública em junho de 2025 revela uma ligeira redução homóloga do stock total em cerca de 3,2 mil milhões de ECV, explicada essencialmente pela queda da componente externa (-3,37 mil milhões de ECV). Em contrapartida, a dívida interna registou um acréscimo marginal de 0,17 mil milhões de ECV, mantendo-se estável ao longo do semestre.

Gráfico 27 - Dívida pública: Evolução homóloga



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Gráfico 28 - Trajetória da dívida: jan-jun 2025

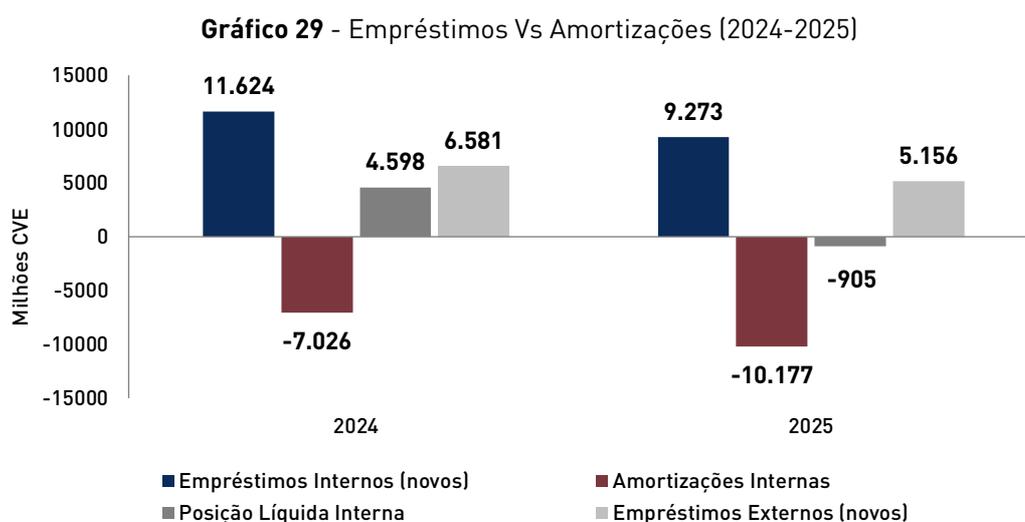


Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Na perspetiva do período de janeiro a junho de 2025, constata-se que a dívida externa registou uma redução de aproximadamente 8,66 mil milhões de ECV, em resultado de amortizações líquidas superiores aos desembolsos efetuados, e a dívida interna aumentou à volta de 1,3 mil milhões de ECV.

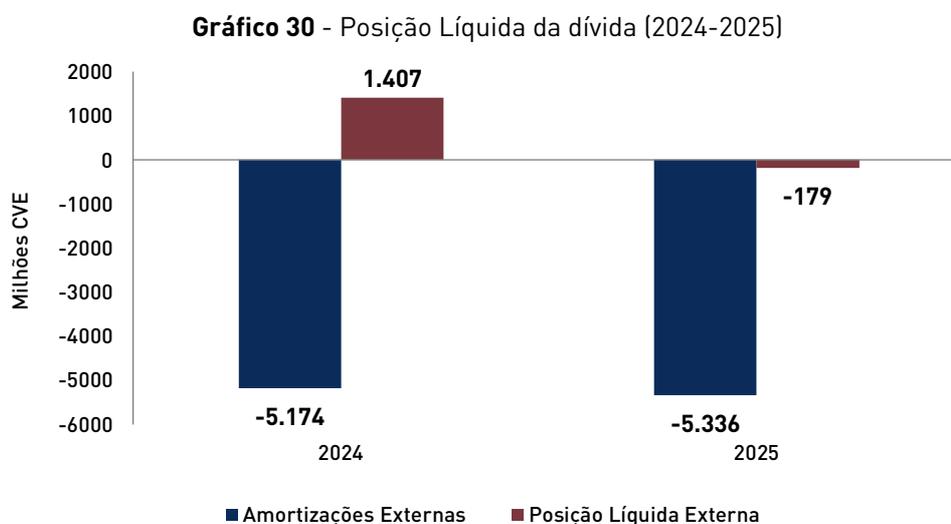
A análise comparativa entre empréstimos obtidos e amortizações confirma uma mudança estrutural face a 2024:

- No mercado interno, os novos financiamentos (9,27 mil milhões de ECV) foram superados por amortizações (10,18 mil milhões de ECV), resultando numa redução líquida de 919,7 milhões de ECV.
- No mercado externo, os desembolsos (5,16 mil milhões de ECV) também foram inferiores às amortizações (5,34 mil milhões de ECV), originando uma redução líquida de 179 milhões de ECV.



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

Assim, a posição líquida consolidada do semestre corresponde a uma redução de cerca de 1,1 mil milhões de ECV, em contraste com o mesmo período de 2024, quando se verificou um aumento líquido de cerca de 6,0 mil milhões de ECV.



Fonte: Ministério das Finanças. Mapas contas 2ºTrim 2025_V13. Cálculos do CFP

O perfil recente aponta, portanto, para uma trajetória ligeiramente descendente do stock total, sustentada pela redução líquida do endividamento e pela estabilidade da componente interna. Caso esta dinâmica se mantenha, e assumindo uma contenção no investimento público no segundo semestre, o rácio dívida/PIB tenderá a estabilizar ou mesmo a aliviar marginalmente no curto prazo.

No médio prazo, a convergência para um rácio de dívida mais sustentável dependerá de três vetores fundamentais:

- **Disciplina orçamental** – manutenção de saldos primários positivos e controlo da despesa;
- **Estrutura de financiamento** – maior recurso a credores multilaterais e em condições concessionais, com menor dependência da dívida comercial mais onerosa;
- **Crescimento económico real** – que permita reduzir o peso relativo da dívida no produto.

Em síntese, a dívida pública mostra sinais de estabilização com uma ligeira redução líquida no primeiro semestre de 2025, mas a trajetória futura dependerá da capacidade de Cabo Verde em conciliar rigor orçamental, gestão estratégica do mix de financiamento e promoção de crescimento económico sustentável.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

A execução orçamental do primeiro semestre de 2025 caracterizou-se por:

- Crescimento económico moderado (+3,7% no 1.º trimestre), inferior ao de 2024, revelando sinais de desaceleração;
- Receita total de 37,5 mil milhões ECV (+17 % face a 2024), mas com taxa de execução aquém do expetável (40,13 % da previsão anual);
- Despesa total de 36,5 mil milhões ECV (+7 % face a 2024), com baixa taxa de execução (34,8%), marcada por forte concentração em despesas correntes e fraca execução da despesa de capital (15,9%);
- Saldo orçamental global positivo (+925 milhões ECV; 0,3% do PIB), mas deficitário sem donativos (-970 milhões ECV), evidenciando dependência de transferências externas;
- Redução líquida da dívida (-1,1 mil milhões ECV), refletindo amortizações superiores aos novos financiamentos, com stock total de 298,9 mil milhões ECV (98,6% do PIB).

Pontos Positivos

- Melhoria conjuntural dos saldos global e primário, com registo de superavit no semestre;
- Crescimento robusto da receita fiscal e contributiva;
- Redução líquida da dívida pública, em contraste com a trajetória observada em 2024;
- Predomínio de credores multilaterais na dívida externa, assegurando condições mais concessionais.

Áreas Críticas

- Taxa de execução da receita e da despesa abaixo do expetável, sinalizando risco de incumprimento das metas do ORP/2025;
- Subexecução persistente da despesa de capital, comprometendo o impacto transformador do investimento público;
- Dependência significativa de donativos para manter o equilíbrio orçamental;
- Nível da dívida ainda elevado, próximo de 100% do PIB, o que limita a margem de manobra fiscal;
- Vulnerabilidade estrutural do crescimento, dependente de poucos setores.

Para reforçar a credibilidade orçamental e assegurar uma gestão prudente das finanças públicas, sugere-se:

- 1. Acelerar a execução da despesa de capital:** Uma execução célere e eficiente das despesas de capital reforça a credibilidade orçamental e gera efeitos multiplicadores na economia.
- 2. Reduzir a dependência de donativos:** reduzir a dependência reforça a autonomia do Estado. Para isso deve promover a diversificação da economia (de modo a ampliar a base tributária) para aumentar a geração de receitas internas, investindo em setores produtivos, (melhorando a estrutura fiscal).
- 3. Consolidar a trajetória de redução da dívida:** A consolidação desta trajetória traduz disciplina orçamental, reduz encargos com juros, liberta espaço para despesas produtivas e assegura sustentabilidade intergeracional.



ANEXOS

**MAPA DE RECEITAS
OPERAÇÕES FINANCEIRAS**

ANEXO 1 – MAPA DE RECEITAS

Grupo de Receita	Orçamento 2025	Executado II Sem_25	Taxa de Execução (%)	Executado II Sem_2024	Varição Homóloga (%)
1. Receita Fiscal					
Impostos diretos	14 580 097 087	9 113 591 222	62,51%	7 323 781 390	24,44%
IRPS	7 907 572 133	4 130 022 931	52,23%	3 425 675 578	20,56%
IRPC	5 954 874 619	4 538 128 233	76,21%	3 522 570 483	28,83%
Outros I. diretos (incl. TEU)	717 650 335	445 440 058	62,07%	375 535 329	18,61%
Impostos indiretos	30 492 441 429	16 130 945 556	52,90%	14 109 773 275	14,32%
IVA	22 737 801 124	12 479 758 000	54,89%	11 200 224 259	11,42%
Consumo especial	2 299 777 370	1 490 361 305	64,80%	1 576 888 244	-5,49%
Contribuição Turística	1 754 411 837	862 611 955	49,17%	784 497 380	9,96%
Taxa de tabaco	817 205 430	260 546 155	31,88%	99 152 700	162,77%
Taxa sobre Álcool	1 683 653 887	536 226 570	31,85%	0	
Taxa estatística aduaneira	350 351 221	153 677 896	43,86%	142 382 424	7,93%
Taxa ecológica	849 240 560	347 763 675	40,95%	306 628 268	13,42%
Transações internacionais	13 340 661 725	5 693 023 520	42,67%	5 284 241 230	7,74%
Outros	880 700 188	510 054 909	57,91%	481 316 580	5,97%
Subtotal Receita Fiscal	59 293 900 429	31 447 615 207	53,04%	27 199 112 475	15,62%
2. Receita Não Fiscal					
Multas e penalizações	818 654 644	282 233 459	34,48%	233 286 257	20,98%
Emolumentos	1 722 762 230	620 493 247	36,02%	589 529 564	5,25%
Outras receitas	23 725 161 409	3 159 975 014	13,32%	3 103 302 139	1,83%
Subtotal Receita Não Fiscal	26 266 578 283	4 062 701 720	15,47%	3 926 117 960	3,48%
3. Transferências					
Gov. Estrangeiros e Doações	5 891 662 653	1 313 860 725	22,30%	524 329 596	150,58%
Organizações Internacionais	504 695 304	391 875 055	77,65%	89 416 080	338,26%
Administrações Públicas	491 813 770	189 269 853	38,48%	189 604 335	-0,18%
Subtotal Transferências	6 888 171 727	1 895 005 633	27,51%	803 350 011	135,89%
4. Contribuições para Segurança Social	79 654 237	46 849 320	58,82%	38 204 938	22,63%
5. Receita de Ativos e Passivos	844 489 729	16 404 867	1,94%	59 269 937	-72,32%
TOTAL RECEITA PÚBLICA	93 372 794 405	37 468 576 747	40,13%	32 026 055 321	16,99%

ANEXO 2 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Mapa XI - Operações Financeiras	Total Orçamento Inicial (OI)	Orçamento Reprogramado (ORP)	Administração Direta	Execução (EXE) 2025				Execução (EXE) 2024		
				Fundos e Serviços Autónomos	Total Geral	% Parcial (Peso)	Taxa de Exec. (%)	Total Geral	% Parcial (Peso)	Taxa de Exec. (%)
1. Total Receitas	91 584 449 458	92 528 304 676	35 665 091 035	1 787 080 845	37 452 171 880	100,0%	40,5%	31 966 785 384	100,0%	40,7%
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos capital)	90 820 102 480	90 820 102 480	35 169 252 223	1 787 080 845	36 956 333 068	98,7%	40,7%	31 862 476 131	99,7%	42,2%
Impostos	59 293 900 429	59 293 900 429	31 447 615 207	0	31 447 615 207	84,0%	53,0%	27 199 112 475	85,1%	49,2%
Segurança Social	79 654 237	79 654 237	46 849 320	0	46 849 320	0,1%	58,8%	38 204 938	0,1%	68,5%
Transferências Correntes	5 179 969 531	5 179 969 531	803 211 498	595 955 323	1 399 166 821	3,7%	27,0%	699 040 758	2,2%	14,3%
Outras Receitas	26 266 578 283	26 266 578 283	2 871 576 198	1 191 125 522	4 062 701 720	10,8%	15,5%	3 926 117 960	12,3%	25,7%
1.2 Receitas de Capital	764 346 978	1 708 202 196	495 838 812	0	495 838 812	1,32%	29,0%	104 309 253	0,3%	3,5%
2. Total Despesas	81 329 528 150	86 189 426 237	25 852 448 344	7 681 093 090	33 533 541 434	100,0%	38,9%	32 040 181 588	100,0%	39,9%
2.1 - Despesas Correntes	80 811 381 323	85 671 124 410	25 793 505 438	7 681 093 090	33 474 598 528	99,8%	39,1%	31 812 095 278	99,3%	39,9%
Despesas com Pessoal	29 177 179 001	29 403 188 249	8 268 924 226	3 352 674 394	11 621 598 620	34,7%	39,5%	11 185 353 575	34,9%	41,1%
Aquisição de Bens e Serviços	19 193 108 441	22 754 861 794	5 241 876 056	1 541 564 990	6 783 441 046	20,2%	29,8%	6 132 629 953	19,1%	27,3%
Juros correntes	6 174 576 446	6 174 576 446	3 355 138 533	0	3 355 138 533	10,0%	54,3%	3 347 947 372	10,4%	53,7%
Subsídios	2 073 071 149	2 085 372 749	444 051 559	699 378 232	1 143 429 791	3,4%	54,8%	1 121 265 858	3,5%	58,1%
Transferências	8 407 601 876	9 793 589 654	3 511 486 546	174 513 033	3 685 999 579	11,0%	37,6%	3 196 981 394	10,0%	40,5%
Correntes	7 889 455 049	9 275 287 827	3 452 543 640	174 513 033	3 627 056 673	10,8%	39,1%	2 968 895 084	9,3%	40,3%
Capital	518 146 827	518 301 827	58 942 906	0	58 942 906	0,2%	11,4%	228 086 310	0,7%	42,9%
Benefícios Sociais	11 199 408 640	11 247 579 503	3 949 987 824	1 398 582 947	5 348 570 771	15,9%	47,6%	5 181 188 868	16,2%	49,3%
Outras despesas correntes	5 104 582 597	4 730 257 842	542 116 111	514 379 494	1 056 495 605	3,2%	22,3%	1 043 461 734	3,3%	26,1%
Valor a regularizar			538 867 489		538 867 489	1,6%	-	831 352 834	2,6%	-
3. Resultado Operacional Bruto (1-2)	10 254 921 308	6 338 878 439	9 812 642 691	-5 894 012 245	3 918 630 446			-73 396 204		
4. Ativos não Financeiros	15 737 321 996	18 118 617 482	2 790 234 037	203 103 073	2 993 337 110			2 058 824 737		
Compra ativos não financeiros	16 581 811 725	18 963 107 211	2 806 638 904	203 103 073	3 009 741 977	9,0%	15,9%	2 118 094 674	6,6%	17,0%
Venda ativos não financeiros	844 489 729	844 489 729	16 404 867	0	16 404 867	0,0%	1,9%	59 269 937	0,2%	8,2%
5. SALDO GLOBAL (3-4)	-5 482 400 688	-11 779 739 043	7 022 408 654	-6 097 115 318	925 293 336			-2 132 220 941		
Saldo global (em percentagem do PIB)	-1,8	-3,9	2,3	-2,0	0,3	-	-	-0,8	-	-
Saldo global excluindo transferências (donativos)	-11 426 717 197	-18 667 910 770	5 723 358 344	-6 693 070 641	-969 712 297	-	-	-2 935 570 952	-	-
Saldo Corrente (1.1-2.1)	10 008 721 157	5 148 978 070	9 375 746 785	-5 894 012 245	3 481 734 540	-	-	50 380 853	-	-
Saldo Corrente (em percentagem do PIB)	3,3	1,7	3,1	-1,9	1,15	-	-	0,0	-	-

Saldo Corrente Primário (1.1-2.1+juros)	16 183 297 603	11 323 554 516	12 730 885 318	-5 894 012 245	6 836 873 073	-	-	3 398 328 225	-	-
Saldo Corrente Primário (em percentagem do PIB)	5,3	3,7	4,2	-1,9	2,25	-	-	1,2	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	692 175 758	-5 605 162 597	10 377 547 187	-6 097 115 318	4 280 431 869	-	-	1 215 726 431	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	0,2	-1,8	3,4	-2,0	1,41	-	-	0,4	-	-
6. Financiamento (6.2+6.1)	5 482 400 688	11 779 739 043	-1 507 140 999	0	-1 507 140 999	100,0%	-12,8%	1 322 656 990	100,0%	9,8%
6.1 Ativos Financeiros	-1 115 457 187	287 437 245	-1 685 923 985	0	-1 685 923 985	100,0%	-586,5%	4 701 562 867	100,0%	294,0%
Empréstimo Concedidos Mi - Amortizações	301 873 470	301 873 470	110 824 052		110 824 052	-6,6%	36,7%	341 387 863	7,3%	138,4%
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-1 072 566 932	-1 090 748 276	-216 343 708		-216 343 708	12,8%	19,8%	-13 116 048	-0,3%	2,5%
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 200 394 480	-2 200 394 480	-1 580 404 329		-1 580 404 329	93,7%	71,8%	-1 441 732 679	-30,7%	57,4%
Ações e Outras Participações MI - Alienação	951 493 199	951 493 199	0		0	0,0%	0,0%	1 378 299 390	-10508,5%	59,6%
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 503 537 556	2 924 613 332	0		0	0,0%	0,0%	4 436 724 341	94,4%	214,4%
Títulos Mi - Aquisições	-600 000 000	-600 000 000	0		0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Títulos Me - Alienações	600 000	600 000	0		0	0,0%	0,0%	0	0	0,0%
6.2 Passivos Financeiros	6 597 857 875	11 492 301 799	178 782 986	0	178 782 986	100,0%	1,6%	1 057 818 464	100,0%	8,9%
Interno líquido	4 713 120 993	4 713 120 993	358 115 822	0	358 115 822	200,3%	7,6%	-349 472 972	-33,0%	-5,5%
Sistema bancário	4 811 795 993	4 811 795 993	-1 459 963 146		-1 459 963 146	-816,6%	-30,3%	1 691 735 721	159,9%	26,5%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-98 675 000	-98 675 000	-15 063 885		-15 063 885	-8,4%	15,3%	-28 524 201	-2,7%	60,5%
Outras Operações do Tesouro	0	0	668 167 309		668 167 309	373,7%	n/a	261 787 650	24,7%	n/a
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV	0	0	464 823 242		464 823 242	260,0%	n/a	492 902 913	46,6%	n/a
Pagamento de Cheques e transferência em Transito	0	0	-559 394 464		-559 394 464	-312,9%	n/a	-1 053 544 214	-99,6%	n/a
Sistema não bancário	0	0	1 259 546 766		1 259 546 766	704,5%	n/a	2 722 893 500	257,4%	n/a
Externo líquido	1 884 736 882	6 779 180 806	-179 332 837	0	-179 332 837	-100,3%	-2,6%	1 407 291 436	133,0%	25,3%
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	12 770 229 190	17 664 673 114	5 156 173 244		5 156 173 244	2884,0%	29,2%	6 581 417 167	622,2%	40,2%
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-10 885 492 308	-10 885 492 308	-5 335 506 081		-5 335 506 081	-2984,3%	49,0%	-5 174 125 731	-489,1%	47,9%
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	0	5 515 267 655	-6 097 115 318	-581 847 663			-809 563 951		